

Omissão de responsabilidade

CLEMENTINO FRAGA-FILHO *

Em artigo publicado no **JORNAL DO BRASIL**, a 25 de fevereiro, Washington Novaes relata o sofrimento do único médico de Trancoso, no litoral da Bahia, ao explicar, "em carta aberta afixada no posto telefônico, por que — sem remédios, sem ajudantes, sem verba, sem nada — teve de abandonar o único centro de saúde da cidade".

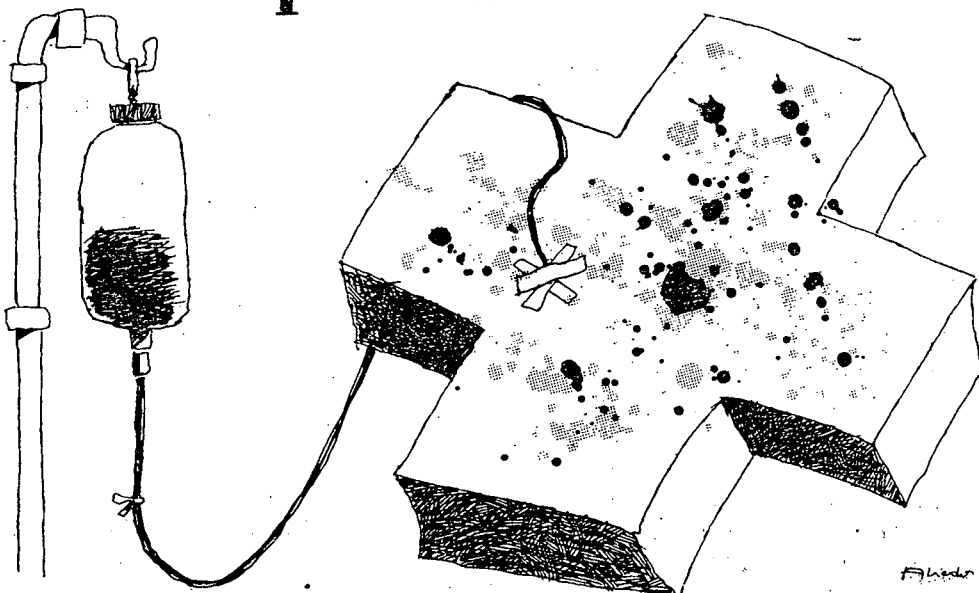
Esse triste episódio motiva alguns comentários acerca da situação lastimável em que se encontram os serviços de saúde no país, em especial, no Rio de Janeiro, conforme ampla divulgação nos jornais e na televisão. Sucedem-se notícias de hospitais fechados, criando-se até a expressão "fechamento ético"; postos de emergência desativados; precariedade de instalações; equipamentos obsoletos, ou inutilizados; medicamentos perdidos, por ultrapassado o prazo de validade; carência de médicos e de outras categorias de pessoal de saúde, tanto quanto de recursos materiais os mais elementares. Centenas de doentes peregrinam de uma para outra unidade assistencial, passam horas em filas, desde a madrugada, ou deixam de ser socorridos; ocorrem mortes por falta de atendimento oportuno. Imagina-se o que poderá acontecer, em caso de surtos epidêmicos de doenças infecto-contagiosas, ou de eventuais acidentes, com grande número de vítimas.

Incontáveis pessoas sequer chegam a receber cuidados primários de saúde, isto é, aqueles que a ninguém se deve recusar, porque constituem objetivo mínimo de qualquer política de saúde. Foi esse o tema de conferência mundial, realizada em Alma-Ata, no ano de 1978, com representação de 134 nações. Desse encontro, surgiu o lema "Saúde para todos no ano 2000", como a servir de inspiração e meta para todos os países. Quase 10 anos depois, em reunião de educadores médicos latino-americanos, comentava um representante de país da América Central: "*Hay que agregar mil años más.*" É o que se presume suceder, entre nós, a despeito de declarações, planos, programas, conferências e, até mesmo, de dispositivos constitucionais.

O estado de penúria dos serviços públicos facilita a proliferação de empresas privadas, que exploram a saúde como negócio, exibem, ostensivamente, grande poder financeiro e enriquecem seus donos, enquanto remuneram mal os médicos credenciados.

Por seu turno, os progressos científicos e tecnológicos têm aprofundado o abismo entre pobres e ricos, porque, enquanto aqueles, muitas vezes, nem conseguem acesso à rede de saúde, estes têm à disposição os meios mais diferenciados de diagnóstico e tratamento, ainda que, não raro, a custos mais elevados do que seria razoável. O sistema é, pois, iníquo, além de desorganizado, ineficiente e antieconômico.

Estamos vivendo fase de denúncia, ante uma realidade incontestável e dolorosa. A revolta gerada por esse quadro tem motivado, não raro, interpretações simplistas, ou equivocadas, e generalizações injustas.



Já não bastam as acusações, que, nem sempre, atingem os verdadeiros alvos, e as respostas que não logram convencer. É tempo de passar para a ação. Ação programada, articulada, consciente e dirigida às causas principais, que são o abandono dos serviços de saúde e as deficiências da formação de recursos humanos nesse setor.

Afinal, de quem a culpa por esse quadro calamitoso? Os médicos têm sido o alvo principal das críticas, e é certo que não se pode isentá-los, porque aí estão exemplos de mau desempenho, por despreparo, negligência, desvios éticos. Mas, tais casos representam pequena minoria, entre milhares de atendimentos diários.

Nos hospitais que ainda se mantêm em funcionamento, sobrecarregados pela demanda excessiva, muito além de sua capacidade, as equipes se exaurem no trabalho e dificilmente lhe podem assegurar boa qualidade. Esses hospitais são, em maioria, os do município, que, além de mais bem aparelhados, retribuem melhor aos profissionais.

É preciso reconhecer o esforço daqueles que trabalham em condições as mais precárias, expondo-se ao desprezo público e vivendo o drama diário de exercer uma prática tão rica de recursos, sem, entretanto, os ter a seu alcance.

Para o médico, nessas circunstâncias, o desgaste é permanente, consumindo energia e ferindo a própria sensibilidade, ao presenciar, impotente, as filas da doença, do abandono, do desespero e do protesto. Tudo isso, com salários, em geral, aviltantes, que o obrigam a correr de um emprego para outro, sem tempo para o lazer e para o estudo, sem meios para adquirir livros e revistas, de que precisa para sua educação continuada. Esta é a condição em que vive a maioria dos médicos.

Os Conselhos da profissão não se têm mostrado alheios a esses problemas. Ainda há poucos meses, o Conselho Federal de Medicina e o do Rio de Janeiro promoveram o fórum Ética e Sociedade, em que esses temas foram debatidos, com livre crítica e competência. Sua orientação atual tende a não acobertar erros, sob a proteção do corporativismo, nem apoiar movimentos reivindicatórios contrários aos interesses da sociedade, que resultem em prejuízo para os mais necessitados.

A grande omissão é dos governos. É

tradicional, no país, a falta de prioridade das áreas da saúde e da educação, quase sempre subordinadas a influências políticas nefastas. Lembre-se de que cada uma teve sete ministros, nos sete últimos anos do governo da República, excluído o vigente.

O estado de crise permanente na saúde agravou-se na gestão do primeiro Ministério Collor, e não houve tempo para corrigir, no segundo, apesar da qualificação do titular, os desmandos financeiros e administrativos. Até agora, não se conseguiu acertar o rumo, na implantação de uma reforma — o Sistema Unificado de Saúde — conceitualmente bem-fundamentada, porém com dificuldades sérias de execução.

Quanto à formação de profissionais, a Comissão de Ensino Médico do MEC, de 1985 a 89, acumulou dados e emitiu pareceres que comprovaram a má qualidade do ensino, propondo medidas para seu aprimoramento, sem obter qualquer repercussão junto ao Conselho Federal de Educação e ao Ministério.

A gravidade e a complexidade da situação exigem ampla participação, em busca de caminhos e soluções. Espera-se dos governantes que, afinal, assumam suas responsabilidades e deixem de usar a saúde e a educação como campos de proselitismo político. Da imprensa, aguarda-se a contribuição esclarecida, no exercício de papel crítico e fiscalizador e na cobrança, às autoridades executivas, de atuação construtiva, corajosa, isenta de interesses subalternos. Do Congresso Nacional, conta-se com a sensibilidade para o problema, refletida em legislação pertinente, oportuna e justa. No âmbito das elites, deseja-se que os mais favorecidos, pela possibilidade de se beneficiarem das grandes conquistas da moderna ciência médica, não esqueçam os que sofrem, à mingua de recursos. Dos médicos, em suas atividades associativas, individuais, ou de grupo, assim como dos profissionais de saúde, em geral, confia-se em que se esforcem para corresponder a seus compromissos e aos anseios da sociedade, sacrificada por esse estado de calamidade. Enfim, que jamais cheguem à atitude extrema do médico de Trancoso.

* Professor emérito da UFRJ, chefe de serviço na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro